



RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2018

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar n.º 101, arts. 63 a 66 da Lei Complementar n.º 33, de 28/06/94, Lei Municipal n.º 421/2009 e Resolução TC.PE 001/2009, a Unidade de Controle Interno apresenta relatório sobre suas atividades desempenhadas no Exercício de 2018.

Em linhas gerais, nossa responsabilidade é verificar:

1. A legalidade dos atos da receita e realização da despesa;
2. A fidelidade dos agentes da administração responsáveis pelos bens e valores públicos; e
3. O cumprimento do programa de trabalho do orçamento.

A – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: LOA, LDO E PPA.

Resumo das Atividades Realizadas:

A Lei Orçamentária n.º 7492017, contém os programas e ações que estão previstos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018 e no PPA com referência a Unidade Câmara Municipal.

A Programação Financeira é realizada através de autorização de pagamento e relatório de Contas a pagar.

O repasse financeiro para a Câmara Obedece a Emenda Constitucional 025/2000, art. 29/A; e os saldos financeiros, conciliação bancária e execuções orçamentária, financeira e patrimonial foram checados com Balancete de Verificação de caixa:

B – GESTÃO DE PESSOAL

- Total Geral de servidores 148 (cento e quarenta e oito);
- Total Geral de Vereadores: 13 (treze)
- Número de Servidores efetivos 13 (Treze)
- Número de Servidores cedidos pela Prefeitura (00);
- Número de Servidores comissionados: 135 (cento e trinta e cinco).



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

CASA VICENTE LACERDA DE MENEZES

PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, DIEGO HENRIQUE DE MELO TORRES FELTOSA
Acesse em: <https://eicet.ce.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: d053fa30-b163-4cde-8688-1344e5b4b12b

- **OBS: Servidor efetivo à disposição do Ministério Público através de convênio de Cooperação Técnica e Administrativa. - JANE HELENA DE SOUZA – matrícula n.º 222, com prazo de vigência 60 (sessenta) meses, a contar do dia 09.07.2017 á 09/07/2022, datado de 09/07/2017.**
- A Câmara Municipal não pagou horas extras.
- A concessão de férias está sendo controlada conforme cronograma elaborado pelo Departamento de Pessoal, Tesouraria e autorizado pela Presidência da Câmara;
- A contribuição previdenciária (patrimonial e do servidor) está sendo recolhida em tempo hábil.

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS.

- Valores repassados ao Instituto do Seguro Social.

PERÍODO	INSS DESCONTO	INSS PATRONAL	TOTAL GERAL
JAN A DEZ	R\$ 383.717,91	R\$1.111,673,71	R\$1.495.391,62

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS.

- Valores repassados ao Fundo Previdenciário de Camaragibe.

PERÍODO	FUNPRECAM DESCONTO	PATRONAL	TOTAL GERAL
JAN/DEZ	R\$85.016,26	R\$167.648,72	R\$ 252.664,98

C – GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Através da Instrução Normativa n.º 011/2011 – aprovada em 12 de maio de 2011, foram estabelecidas normas gerais a serem observadas pela administração, definindo responsabilidades pelo descumprimento das regras da instrução normativa na prática de suas atividades, contendo laudo de avaliação dos bens patrimoniais da Câmara Municipal de Camaragibe e termo de guarda e responsabilidade

Resumo das Atividades Realizadas:



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

CASA VICENTE LACERDA DE MENEZES

PERNAMBUCO



- (O patrimônio possui programa de registro dos bens (natureza, classe e identificador)
- O inventário físico é feito ao final do exercício e os bens estão identificados com placas;

D – GESTÃO DE ALMOXARIFADO

Resumo das Atividades Realizadas:

- Foi elaborada pela Unidade de Controle Interno a Instrução Normativa n.º004/2010, que recomenda procedimentos para a Administração, como responsável pelo controle de recebimento, armazenagem, guarda e distribuição de materiais de consumo e permanente;

– GESTÃO DOS REPASSES PELO EXECUTIVO.

Resumo das Atividades Realizadas:

Exercício 2018	Valor repasse
19/01/2018	734.514,54
20/02/2018	706.461,96
20/03/2018	742.821,36
20/04/2018	744.076,74
27/04/2018	48.432,36
18/05/2018	744.076,74
20/06/2018	744.076,74
20/07/2018	744.076,74
20/08/2018	744.076,74
20/09/2018	744.076,74
22/10/2018	744.076,74
22/11/2018	744.076,74
20/12/2018	744.076,74

E – GESTÃO DE COMPRAS

Resumo das Atividades Realizadas:



- A Comissão de Licitação para o período de 2018, foi instituída através da Portaria n.º280-a/2018; de 03/01/2018;
- As compras são realizadas mensalmente;
- Não existe cadastro de preços (Sistema de Registro de Preços).
- Os processos licitatórios são numerados, autuados e publicados;
- Os contratos seguem o disposto no art. 55 da Lei 8666/93;

F – GESTÃO DE CONTABILIDADE

Resumo das Atividades Realizadas:

- Todos os pagamentos são feitos apenas pela Tesouraria, em cheques e transferências bancárias;
- Os pagamentos são feitos obedecendo à ordem cronológica;
- Os cheques são emitidos com cópias nominais;
- Antes de pagar o empenho é conferida a sua liquidação e autorização para pagamento;
- Os registros contábeis são efetuados tempestivamente;
- A emissão do Relatório de Gestão Fiscal é tempestiva, documentação comprobatória está correta;
- Os recursos destinados a Câmara Municipal são contabilizados como receita orçamentária;
- É encaminhada mensalmente a Prefeitura as informações contábeis (balancetes orçamentários e financeiros) para serem consolidadas na contabilidade geral do Município;

G – DIVERSOS

CONTROLE DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

O relatório de controle de materiais de expediente é feito através de requisição específica para essa finalidade.



CONTROLE DE GASTOS COM COMBUSTÍVEL

O controle de gastos com o veículo oficial e dos gabinetes dos Vereadores são conferidos mensalmente, através de relatórios emitidos pelo sistema de gerenciamento de abastecimento contratado pela Câmara.

CONTROLE DE GASTOS COM ALIMENTAÇÃO

O Controle de Gastos com alimentação são conferidos mensalmente, através de relatórios emitidos pelo sistema de gerenciamento de abastecimento contratado pela Câmara.

PARECER GERAL

Baseada nas condições acima, essa Unidade de Controle Interno atesta que os limites constitucionais estabelecidos para o Poder Legislativo Municipal estão sendo respeitados. Destaca que vem fazendo gestões junto a Mesa Diretora e setores administrativos da Câmara para que aperfeiçoem os controles e gestão administrativa do Poder.

.....
Camaragibe, 28 de fevereiro de 2019.

Diego Henrique de Melo Torres Feitosa
Coordenador do C.C.I
Matrícula 501

Juracy Gomes de Souza
Membro
Matrícula n.º 0246

JAMERSON BARBOSA AMORIM
Membro.
Matrícula n.º 210